

A CONSTRUÇÃO DE SI E DO TERRITÓRIO: o papel da juventude na reterritorialização da agricultura camponesa em canaã dos carajás-pa

Hinckley Wendell do Nascimento Mendes¹

Resumo:

O avanço da mineração a partir da exploração da S11D, tem ocasionado diversos conflitos no município de Canaã dos Carajás, entre estes conflitos, destacamos as dificuldades de permanência da agricultura camponesa no município, tendo essas dificuldades, analisamos a construção do território a construção da identidade da juventude, a partir do processo de des-re-territorialização. A juventude camponesa, vem se construindo como importante sujeito na luta pela retomada do território, contribuindo com construção do território camponês em Canaã dos Carajás que vem sofrendo com o avanço da mineração.

Palavras Chaves: Juventude Camponesa – Des-re-territorialização - Construção de Si e do Território.

Introdução

Com a chegada de projetos de fortalecimento da exploração mineral no município de Canaã dos Carajás-PA, intensificam-se as transformações referentes à dinâmica econômica sub-regional e às formas de produção do espaço, desde a chegada de agricultores, por meio do CEDERE II² com a produção de grãos e a criação de uma importante bacia leiteira através da pecuária, até a atualidade, em que se destaca a emergência um importante polo de extração do minério de ferro para a empresa Vale S.A.

Esta nova etapa, cada vez mais globalizada e responsável por aprofundar a mineração como uma das atividades-econômica-chave na dinâmica sub-regional, tem entre outras coisas, enfraquecido a permanência de jovens no campo. Como exemplo, podemos destacar que o fortalecimento da exploração mineral criou projetos como o

¹ Graduando do 9º Semestre de Licenciatura/Bacharelado em Geografia, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e bolsista do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (LERASSP)-

² Estratégia de desenvolvimento e ocupação da Amazônia utilizada pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins - GETAT, hoje INCRA, para áreas de colonização e reforma agrária. Nesta época, década de 80, a localidade ainda pertencia ao município de Marabá, o qual deu origem ao município de Parauapebas (1988/89). (CANAÃ DOS CARAJÁS, 2016 p. 16)

S11D,³ iniciado em 2008, e contribuiu, sobremaneira para a desterritorialização de agricultores familiares, comprometendo a permanência desses sujeitos em suas terras, visto que a Vale S.A, além de comprar terras de agricultores locais, dificulta a locomoção daqueles e daquelas que desejam permanecer nessas áreas. Segundo Cruz (2015), outra alternativa que tem sido utilizada pela mineradora corresponde à, “sedução de jovens” que, pois ao chegar no município, “seduz” por meio da oferta de empregos em firmas terceirizadas, o que não garante a permanência destes jovens na mineradora por muito anos. Entretanto, ao perceberem o fracasso da “sedução”, há o interesse dos jovens em retornar ao campo, por não conseguir se manter na cidade.

Neste artigo, buscaremos analisar os conceitos de des-re-territorialização, pois entendemos que, dentro da ciência geográfica, seu conceito se aproxima da realidade vivida no município de Canaã dos Carajás. Entendemos que a desterritorialização é uma estratégia da mineradora Vale S.A para adquirir posse das terras pertencentes a agricultores em Canaã dos Carajás, buscando nessas áreas construir seus empreendimentos, deste modo ao serem desterritorializados, a reterritorialização acaba sendo uma alternativa de resistência.

A desterritorialização é o movimento pela qual se abandona (ou se perde) o território “é a operação linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATARRI; 1997, p. 224 *apud* HAESBAERT; 2012, p. 127). Entendemos que o conceito de desterritorialização é fundamental para explicar a tentativa de exclusão de camponeses de seus territórios, que é nesse caso, promovida pelas ações da mineradora Vale S.A. Entretanto, toda desterritorialização levará estes agentes, a buscar formas de reprodução em outros territórios ou até mesmo nos antigos, ou seja, os camponeses na tentativa de retomada do território se reterritorializam, sendo estes os principais motivos que levam a construção de acampamentos próximo das áreas de implantação de projetos da Vale S.A.

³ O Projeto Ferro Carajás S11D injetou na economia US\$19,67 bilhões em investimentos, o que representa 26,2% do total de investimentos previstos até final de 2016 na mineração brasileira e 42,7% do valor a ser aplicado no segmento de minério de ferro, no mesmo período (VALE, 2013).

Um sujeito importante, a ser analisado nesse contexto são os jovens, filhos de camponeses, que foram seduzidos ao trabalho na mineradora e agora retorna a terra, com o objetivo de se fortalecer para não perder mais a terra que um dia fora de seus pais, mesmo em meio as dificuldades de permanência no campo, não lhes restam outra alternativa, a não ser, a luta pela terra ou retomada de seus territórios, visto que a mineradora, não lhes oferecem possibilidades de emprego na mineradora, ou como afirma os jovens do acampamento Rio Sossego, “o jovem de Canaã não é feito pra Vale”.

Entendemos a luta pela terra, como a luta pelo território, pois a terra representa muito mais do que, valor de uso ou troca, ela representa relações de afetividade e poder, por esta razão, entendemos que existe por parte da mineradora Vale estratégias que visam desterritorializar camponeses de seus territórios, e exercer poder sobre essas terras, entretanto, a medida que camponeses, inclusive jovens, desterritorializados pela Vale, se veem perdendo seus territórios, busca-se contraestratégias de reterritorialização em áreas próximas a instalação de projetos da mineradora.

Atualmente o município de Canaã dos Carajás-PA vivencia conflitos diversos entre a mineradora Vale S.A e os camponeses que lutam para ter de volta seus territórios. Este, territórios que, muitas vezes, são utilizados pela mineradora para o reflorestamento de áreas desmatadas ou para construção do empreendimento S11D na região. Muitos agricultores camponeses lutam para ter de volta o acesso à terra e resistem em áreas próximas aonde está instalado o projeto S11D. Nesse contexto, percebemos que a juventude exerce um importante papel de contribuição na luta pela terra, sendo este o principal sujeito na abordagem desse artigo. Deste modo, o **objetivo** deste artigo, é identificar a analisar o papel da juventude, como sujeito que se constrói em meio aos processos de des-re-territorialização, e como essa construção contribui com o processo de construção do território de agricultura camponesa.

Elementos Teóricos e Metodológicos

Para a realização da pesquisa, foram observados e serviram como referência empírica de análise os acampamentos, Grotão do Mutum, Planalto Serra Dourada e Rio Sossego. Com base na teoria da reprodução do campesinato utilizamos Oliveira (2001, p.185) partindo do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do

capitalismo, mas de dentro dele, e Martins (2002, p.60) ao afirmar que o trabalho do camponês é um trabalho independente. O que o camponês vende não é sua força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho, que nasce como sua propriedade. Destacamos a dinâmica da reprodução da agricultura camponesa, pois dentro das perspectivas de lutas que se apresentam nos acampamentos, o modo de reprodução que mais se assemelha é o do campesinato, pelas relações políticas, econômicas e culturais ali existentes. Mesmo tendo como princípio a luta pela terra, para fortalecer a permanência no campo, percebemos que a terra não é vista apenas como valor de uso e de troca, mas ela simboliza também, essas relações citadas acima, assim, atua como base para a organização política, o que nos permite aproximar terra e território.

As metodologias utilizadas neste trabalho foram distribuídas nas seguintes etapas: (a) realização de levantamento bibliográfico, constando de leituras referentes à dinâmica de reprodução do campesinato, território e desterritorialização e ao tema da juventude como ator político nesse processo; (b) levantamento documental acerca da dinâmica econômica do município de Canaã dos Carajás, levantadas a partir de pesquisas no site do IBGE; (b) realização de trabalhos de campo no município de Canaã dos Carajás, constando de entrevistas semiestruturadas com agricultores camponeses e lideranças de jovens; e de observação das dinâmicas existentes nos acampamentos.

O projeto S11D e os impactos socioespaciais em Canaã dos Carajás-PA

De acordo com a Vale S.A(2012, p. 05) O projeto S11D representa a expansão da atividade de extração e beneficiamento de minério de ferro no Complexo Minerador de Carajás, em operação desde 1985. Desde então, além de produzir o melhor minério de ferro do mundo, abastecendo o mercado nacional e internacional, a atuação da Vale nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, proporcionou à região Norte do Brasil um forte ciclo de desenvolvimento econômico e social, com benefícios igualmente importantes para a preservação do meio ambiente.

O Ferro Carajás S11D vai injetar na economia US\$ 19,49 bilhões em investimentos, além de gerar mais de 30 mil empregos diretos durante a fase de implantação e reforçar as exportações brasileiras. Regionalmente, o empreendimento impulsionará um novo ciclo de desenvolvimento, ao contribuir para a expansão da cadeia produtiva dos estados do Pará e do Maranhão, com efeitos multiplicadores sobre a renda,

o mercado de trabalho, a arrecadação tributária e o ambiente de negócios em geral. (VALE, 2012 p.20).

Embora a Vale S.A, alegue a importância de seus projetos para o desenvolvimento da região, muitos movimentos críticos a mineradora, começam a surgir questionando a forma como a Vale S.A se apropria de espaços antes utilizados para outras funções. Caso que ocorre em Canaã dos Carajás, visto que as propagandas de melhorias e qualidade de vida para população, não é observada na realidade, ao contrário disso, surgem intensos conflitos territoriais entre Vale e movimentos sociais do campo e da cidade.

A mineração na Amazônia tem se dado de forma espoliatória e predatória, desterritorializando populações tradicionais, degradando o meio ambiente, com poluição do ar, do solo, das bacias hídricas, desflorestamento, a destruição dos habitats naturais dos animais silvestres e destruição dos sítios arqueológicos. São projetos dirigidos de fora para dentro da região, sem que os povos amazônidas diretamente atingidos tenham oportunidade de discutir e opinar sobre a viabilidade e necessidade dos empreendimentos, para aquele momento em que são impostos. (CEPASP, 2010 p.24)

A Vale S.A, informa sobre as oportunidades que o Projeto S11D, principalmente empregos a população, porém os conflitos existentes no município de Canaã muito têm a ver, com as formas de apropriação feitas pela Vale, em que não oferece sequer alternativas de sobrevivência de grupos que ali já estavam presentes, os empregos que a mineradora oferece para os habitantes de Canaã dos Carajás, geralmente são empregos de caráter terceirizados e que duram em média de dois anos.

A pobreza das regiões mineradoras é um fator facilitador para a instalação dos projetos das mineradoras. O discurso da criação de empregos e da quantia de investimentos desmobiliza a população e dificulta a atuação de grupos de oposição. Algo que aparece recorrentemente nos documentos e propagandas da Vale é o valor dos investimentos. Estes números grandiosos dos investimentos passam a ideia de que tamanha riqueza será investida no bem-estar de toda a população, quando, na verdade, o resultado do processo beneficia apenas pequenos grupos. Apesar dos declarados US\$ 20 bilhões em investimento, o projeto S11D criará apenas 2.600 empregos permanentes, expondo uma das características da própria atividade mineradora a céu aberto: não é intensiva em

trabalho. Essa atividade é intensiva em capital, mas não cria empregos na mesma proporção que outras atividades econômicas. (COELHO, 2014 p.37)

Os conflitos que aqui buscaremos retratar e que muito tem a ver com o avanço do projeto S11D, é o dos conflitos com agricultores camponeses de Canaã dos Carajás, em especial com a juventude camponesa, pois essa juventude, foi e é, seduzida ao trabalho na mineradora, porém a duração desses empregos em caráter temporário, tem ocasionado um processo de reterritorialização, ou seja, uma contraestratégia as ações de expulsão de agricultores do campo, para o avanço dos projetos minerais da Vale S.A.

Da desterritorialização a reterritorialização para a construção do território

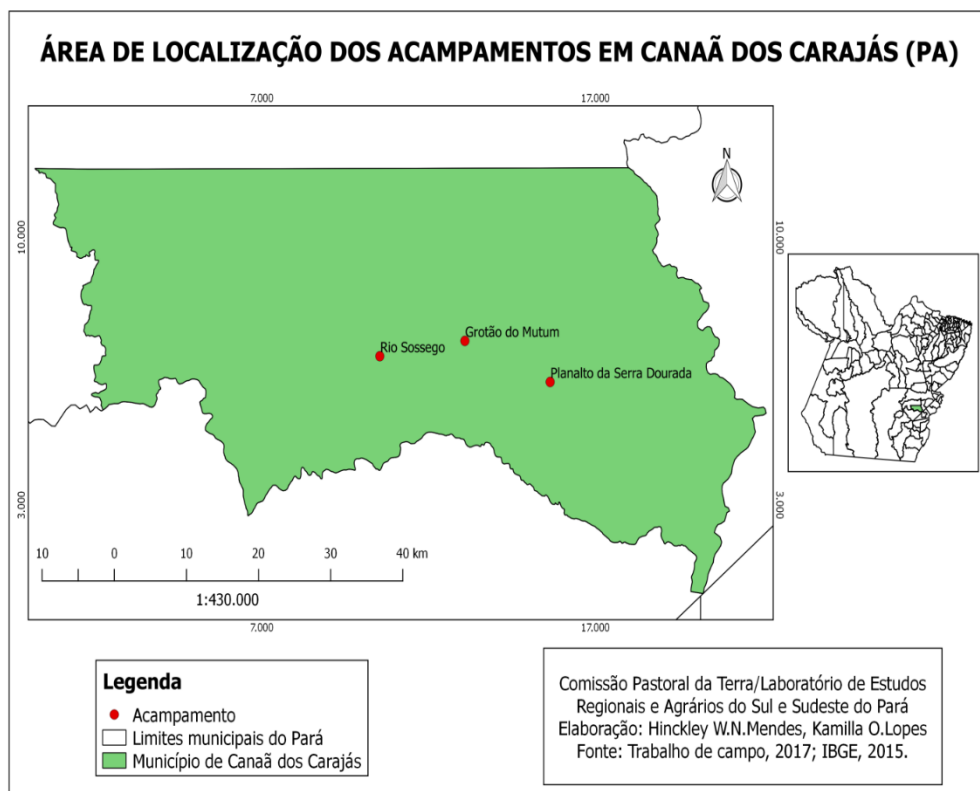
A desterritorialização camponesa, no município de Canaã dos Carajás, ocorre em função da mineração, destacamos que uma das maiores estratégias utilizadas pela Vale S.A na aquisição das terras de agricultores, consistiu em, dificultar o acesso deles aos seus lotes, para que não resistissem à venda de suas terras. Outra estratégia se refere à sedução de jovens camponeses a trabalhar na mineradora, como uma forma de garantia, em caso de venda de terras, pois a medida que o jovem desistia da continuidade no campo, a família não via mais sentido em permanecer, devido às condições não favoráveis que eram colocadas em jogo, pois esse mesmo trabalhador rural que em alguns casos já estava em dívida com o banco, não possuía mais condições físicas e nem econômicas de permanecer na terra.

Se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial – e conseqüentemente, a uma determinada concepção de território. (Haesbaert, 2012, p. 35). Entendemos a problemática territorial como produto da construção e desconstrução do território e da identidade de sujeitos envolvidos, na desterritorialização que ocorre com a chegada da mineradora Vale S.A no município de Canaã dos Carajás. Também concordamos com Sarquet (2015, p, 84) quando afirma que a apropriação e construção do território geram identidades e heterogeneidades e que, estas, concomitantemente geram os territórios.

Para Sack(1986), o território é a “the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena or relationships, by delimiting and asserting

control over a geographical area” (SACK, 1986, p. 19).⁴ o conceito de território pode ser construído através das relações ali presentes, isto delimita determinada área geográfica e faz com que sujeitos possuam sentimentos de pertencimento, lutando por este território quando se sentem afetados, isso gera um determinado conflito.

Partimos do pressuposto, de que, em Canaã dos Carajás existe um processo de des-re-territorialização, uma desterritorialização, seguida de uma reterritorialização em territórios ou em áreas próximas, aos projetos da mineradora, manifestando-se a agricultura camponesa, como forma de reprodução em Canaã dos Carajás, pois mesmo que os jovens camponeses sejam desterritorializados, a partir de estratégias de sedução da mineradora, as condições de empregos temporários, ocasionam uma reterritorialização, com as experiências de um novo sujeito, que não é apenas filho de agricultor ou colono, mas é também, um jovem que foi enganado pela mineradora e agora busca lutar contra suas estratégias.



⁴ “A tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica.” (SACK, 1986, p. 19, tradução nossa)

Segundo Cruz, (2015, p. 107) a implantação de projetos de mineração, necessita de outras infraestruturas que facilite a produção e transporte dos minerais extraídos pela Vale S.A, como por exemplo: a construção de rodovia, ferrovia ou linhas de transmissão que provocam novas expropriações e colocam o campesinato de Canaã dos Carajás em permanente tensão, sendo estes ameaçados de serem empurrados para a zona urbana, considerando a dificuldade em encontrar outra terra nas mesmas condições que a sua.

Neste sentido a juventude exerce um importante papel na retomada da terra a partir de uma consequente reterritorialização camponesa no município de Canaã dos Carajás-PA, pois esses mesmos jovens, ao serem atraídos ao trabalho terceirizado na mineradora, não obtiveram sucesso quanto às suas expectativas, de modo que, paradoxalmente, resistem a toda estratégia de desterritorialização, seja na participação em acampamentos que se instalam próximo aos seus antigos territórios, seja em áreas destinadas à construção do projeto S11D. Dentro desses acampamentos, a juventude não apenas participa, ela também faz parte das lideranças, sendo um importante ator político na retomada dos territórios para a agricultura camponesa.

A construção do território e a construção de si (sujeito)

Os acampamentos Grotão do Mutum, Planalto Serra Dourada e Rio Sossego estão mais próximo a construção da S11D, deste modo, a agricultura camponesa perdeu seu espaço de apropriação, perdendo o valor que essa sub-região tinha no período em que surgiu como importante produtor de grãos e de leite, configurando assim o contexto dos atuais processos de desterritorialização. Nesse sentido, a juventude tornou-se um importante ator na luta e retomada dos territórios, por serem estes os filhos e netos de agricultores da primeira onda de desterritorialização em função do avanço da exploração mineral. Após a “sedução” do trabalho na mineradora e ao perceberem que a Vale S.A não lhes traria as mesmas perspectivas que tinham com a permanência no campo; emerge a juventude como uma categoria de organização política, voltada para a retomada do território perdido. Foi com base nisso que procuramos compreender qual os desafios enfrentados pela juventude frente os conflitos pela terra e pelo território.

O campesinato em Canaã dos Carajás, passa por um momento de des-territorialização, pois sujeitos desterritorializados, se organizam para reterritorializar

outras áreas ou a mesma área, levando em consideração suas formas de organização políticas, econômica e culturais. Dialogamos com Haesbaert, pois observamos que existe um processo contínuo de construção, pela qual a juventude camponesa, tentada ao trabalho na mineradora Vale, resiste, buscando voltar a seus antigos lotes como forma de resistência ao avanço da exploração mineral, que deixa o filho e/ou neto de camponeses, sem espaços no município. Entendemos que, ao mesmo tempo que o jovem participa da construção do território, esse jovem constrói sua identidade, se caracterizando como um sujeito importante na luta, organização e participação do território.

Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastantes negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso- são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para identidade. (BAUMAN, 2005 p. 17).

Assim como território, a identidade também é uma construção, relacionar a construção do território com identidade, é entender os processos de continuidade que são movidos a partir dos caminhos percorridos, decisões e ações. A construção da juventude, como sujeito é fundamental, pois à medida que a mesma luta pela conquista do território, ao retornar para o campo, ela se constrói, pois essa é a mesma juventude que teve a experiência de trabalhar na mineradora, ou que ainda se sente tentada a saída do campo, dada as condições não favoráveis para construção da vida por meio da agricultura camponesa, visto que a Vale avança com o projeto S11D, fortalecendo os conflitos existentes entre a mineradora e camponeses.

A construção de si, ou a construção do sujeito, ocorre proporcionalmente com a construção do território a partir da reterritorialização, pois a forma como esses conflitos envolvem a Juventude camponesa, ocasionam na participação da juventude como ator político importante, mas a juventude começa a ter os motivos próprios para se envolver em uma luta, essa luta não é uma luta apenas para adquirir terra, mas é uma luta para se firmar como filho de camponês, e um camponês que já passou pela experiência do trabalho fora do campo, e hoje busca se manter na terra para ensinar inclusive os mais

novos, é dessa forma que a juventude vai se construindo, juntamente com a construção do território.

Considerações Finais

A juventude camponesa em Canã dos Carajás desempenha um papel fundamental na construção de si e do território, capaz de contribuir com a formação do sujeito jovem que possui afetividade com a terra e o desejo de luta para retomada e permanência no território que já foi de seus pais ou avós.

No contexto recente, a juventude rural tem passado por um amplo processo de reconhecimento, como uma unidade geracional, mas também se constituindo como um grupo social concreto que se expressa através de eventos e de formas organizativas que se auto intitulam juventude. Nesse processo é possível observar uma geração de jovens de forma mais visível nos distintos movimentos sociais. (Castro, 2008 p. 168).

A juventude rural, além de possuir características geracionais que são influenciadas pela luta camponesa de seus pais ou avós, organiza-se a partir de suas próprias expectativas e desejos que mudam de geração em geração. A luta pelo território continua a mesma, mas mudou profundamente. A luta pelo acesso à terra não é o único interesse, existem desafios para a permanência do jovem no campo que são apresentados de acordo com as necessidades das novas gerações.

Em Canã dos Carajás, o avanço da exploração do minério de ferro dificultou a permanência de jovens no campo, principalmente pela “sedução” de que foram objeto.–Hoje a luta dos jovens camponeses em Canã dos Carajás, além de ser pela retomada dos seus territórios, é pela busca de políticas que fortaleçam a permanência da juventude no campo e para que sejam reconhecidos como atores políticos importantes para a permanência da agricultura no município.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

CANAÃ DOS CARAJÁS. **Diagnóstico socioeconômico do município de Canaã dos Carajás, no Estado do Pará.** Canaã dos Carajás: Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 2016.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Os jovens estão indo embora?** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro/Seropédica: Ed. Mauad X/EDUR, 2009.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás:** trinta anos de desenvolvimento frustrado. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2014.

CRUZ, Thiago Martins. **Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás:** o avanço cruel do capital no sudeste paraense. Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2015.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo :** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** Estudos Avançados, São Paulo, SP, v. 15, n. 43, p. 185-2006, set. /dez. 2001.

SACK, R. D. **Human Territoriality: Its Theory and History.** Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, Marco Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 2º ed. – Rio de Janeiro: Consequência editora 2015, p. 69-90.

VALE. **Projeto Ferro Carajás S11D:** Um novo impulso ao desenvolvimento sustentável. Brasil, agosto de 2013. Disponível em:
<<http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/s11d/Paginas/default.aspx>>
Acesso em: 19 de abr. 2015.